



**Entre chefe e correligionários:
negociação, hierarquia e mobilidade social na Primeira República
(Rio Grande do Sul, 1899-1900)**

Carina Martiny*

RESUMO: Este artigo analisa as estratégias utilizadas por correligionários do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) para garantir vantagens, ter seus interesses atendidos e assumir posição de destaque na sociedade local, a partir da sua relação com Júlio Prates de Castilhos durante os primeiros anos da República (1889-1900). Através da análise qualitativa da correspondência passiva, enviada por correligionários republicanos a Júlio Prates de Castilhos, líder do PRR e presidente do estado do Rio Grande do Sul em 1891 e 1893-1898, busca-se identificar o papel da negociação nas relações entre as partes, bem como, as estratégias de ascensão ou manutenção de posição social utilizada por correligionários republicanos. As negociações e relações políticas entre correligionários e o líder republicano são entendidas como meio de construção da governabilidade e de atendimento de interesses pessoais. Aponta que o relacionamento entre correligionários e o chefe do partido baseava-se em trocas e favores que ajudaram a construir a hegemonia política republicana no Rio Grande do Sul, assim como bem posicionar política e socialmente as lideranças republicanas a nível municipal.

Palavras-chave: Primeira República. Negociação. Mobilidade social.

ABSTRACT: This article analyzes the strategies used by supporters of Riograndense Republican Party (PRR) to ensure benefits, have their interests met and assume a prominent position in local society, from its relationship with Júlio Prates de Castilhos during the early years of the Republic (1889-1900). Through qualitative analysis of passive correspondence, sent by Republican supporters Júlio Prates de Castilhos, PRR leader and president of the state of Rio Grande do Sul in 1891 and from 1893 to 1898, seeks to identify the role of negotiation in relations between the parties as well as the strategies of ascent or maintenance of social position used by fellow Republicans. Negotiations and political relations between supporters and Republican leader are understood as a means of building governance and service of

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES.
Contato: carinamartiny@gmail.com



personal interests. Points out that the relationship between supporters and party chief was based on trade and favors that helped build the Republican political hegemony in Rio Grande do Sul, as well position politically and socially Republican leaders at the municipal level.

Keywords:First Republic. Negotiation.Social mobility.

Introdução

A Proclamação da República, em 1889, foi o momento de reordenamento não somente das estruturas administrativas brasileiras como também das elites que ocupavam os cargos políticos. A instalação do novo regime fez com que membros do Partido Republicano, que constituiu no período imperial força política secundária, ascendessem ao poder. Estes republicanos, entretanto, não constituíam um grupo homogêneo.

Entre eles poderiam ser encontrados republicanos históricos, que atuavam desde a década de 1870 na propaganda; antigos membros do Partido Conservador, que aderiram às fileiras republicanas para manterem-se na oposição aos liberais; e, inclusive, alguns liberais que, visando manter cargos e privilégios, tornaram-se republicanos. Estes últimos, que aderiram ao republicanismo com a Proclamação da República, são denominados na historiografia de adesistas ou republicanos de última hora (RECKZIEGEL, 2007; CARVALHO, 2011).

Considerando a heterogeneidadedosrepublicanos e a possibilidade de ascensão política ocasionada pela Proclamação da República, este artigo analisa como diferentes correligionários republicanos utilizaram-se da prática de corresponder-se com o líder do PRR, para angariar privilégios e mover-se pela hierarquia político-social. Para tal análise tomamos como exemplo o caso dos correligionários republicanos do Rio Grande do Sul.

A documentação utilizada é composta por um conjunto de correspondências passivas, enviadas por correligionários ao líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Júlio Prates de Castilhos. Tendo por marco inicial o ano de 1889, que corresponde à instalação do regime republicano, o presente estudo se estende até 1900. Os dados presentes nas correspondências analisadas estão sendo organizados em uma planilha *Excel for Windows*, contendo informações como data do envio da correspondência, remetente, destinatário, assunto e informações complementares. Pretendemos analisar este conjunto documental até 1903, ano da morte de Júlio de Castilhos. Entretanto, como esta é uma pesquisa em andamento, até o momento analisamos as correspondências recebidas por Castilhos até 1900,



sendo estas as que compõem, portanto, o conjunto documental que serve de base para as reflexões propostas neste artigo.

A análise centra-se no conteúdo destas correspondências, buscando identificar nelas as estratégias utilizadas por líderes republicanos, cuja atuação restringia-se, no mais das vezes, ao nível municipal, para garantir a manutenção de seu lugar na hierarquia local ou mover-se dentro dela. Cumpre destacar que entendemos estratégia na concepção apresentada por Bourdieu (1989), ou seja, não como um cálculo racional ou uma ação com intenção estratégica, mas enquanto um conjunto de práticas organizadas objetivamente, que contribuem para a reprodução do capital possuído, afirmando a tendência dos dominantes de se preservarem enquanto tais.

A hipótese que se apresenta neste artigo é que as negociações entre correligionários e o líder republicano basearam-se na vontade dos primeiros em garantir melhor posição política e social, enquanto que, para Castilhos e para o PRR, significavam a garantia da governabilidade e a disseminação do domínio republicano no estado em um período em que os republicanos ainda não constituíam maioria numérica no Rio Grande do Sul.

O líder e seus correligionários

No momento da Proclamação da República, em 1889, os republicanos estavam longe de constituir maioria política no Grande do Sul. Neste estado, o Partido Republicano foi fundado mais tardiamente. Se o Partido Republicano Paulista (PRP) data de início da década de 1870, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) foi fundado apenas na década seguinte, em 1882. Participaram de sua fundação um grupo de republicanos formados nas Faculdades de Direito – dentre os quais estavam José Gomes Pinheiro Machado, Júlio de Prates de Castilhos, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Antônio Augusto Borges de Medeiros¹ - e propagandistas republicanos, atuantes desde a década de 1870, como Apolinário Porto Alegre e Francisco Xavier da Cunha. Durante o período imperial o partido teve pouca projeção política. Ante o forte domínio do partido Liberal e a presença do partido Conservador, responsáveis por agregar grandes lideranças políticas, os republicanos constituíam força política minoritária na província. Foi apenas em 1884 que o PRR conseguiu eleger um

¹Com exceção de Borges de Medeiros, todos os demais citados formaram-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Borges estudou na Faculdade de Direito de São Paulo entre os anos de 1881 a 1884, mas formou-se, em 1885, em Recife.



deputado para a Assembleia Provincial. Era o bacharel em Direito Joaquim Francisco de Assis Brasil.²

Júlio Prates de Castilhos, assim como Assis Brasil, descendia de uma família estancieira do Rio Grande do Sul. Castilhos nasceu em 1860, na freguesia de São Martinho, distrito de Cruz Alta. Filho de um grande criador de gado, proprietário de terras e escravos, Júlio de Castilhos matriculou-se, em 1877, no curso de Direito da Faculdade de São Paulo.³ Depois de bacharelar-se em 1881, retornou ao Rio Grande do Sul, tendo participado da fundação, em 1882, do PRR e, dois anos depois, em princípios de 1884, da fundação do jornal republicano *A Federação*, do qual foi também diretor, redator e escritor.

Instalada a República, já era reconhecido como o grande chefe republicano do Rio Grande do Sul. Mesmo que após a Proclamação da República não tenha assumido imediatamente o cargo de presidente do Estado, o qual recusara, acompanhou de perto a estruturação do novo regime. Durante a administração do Visconde de Pelotas, Castilhos, designado pelo governo de Deodoro da Fonseca, exerceu o cargo de Secretário do Governo Estadual, “posto que permitia ao jovem político aprovar a nomeação da maioria dos funcionários” (LOVE, 1975, p. 43). Depois, ocupou, por duas ocasiões, a presidência do estado: de 15 de julho de 1891 a 12 de novembro de 1891 e de 25 de janeiro de 1893 a 25 de janeiro de 1898. Em 1898, deixou a presidência, que foi assumida por Borges de Medeiros. Em todo esse período, Castilhos, estando ou não à frente da presidência do Estado, como demonstram as correspondências que a seguir analisaremos, era referência para os correligionários republicanos, que o procuravam para saudar, barganhar cargos e favores, reclamar e negociar.

Os correligionários republicanos, por sua vez, constituíam um grupo bastante heterogêneo. Entre novembro de 1889 e dezembro de 1900, Júlio de Castilhos recebeu 582 correspondências de correligionários (AHRS, FAPJC, Correligionários, Maços 28 a 41). Juntas, essas correspondências somam 672 diferentes remetentes, que se autoneciam como correligionários. Esse elevado número de remetentes permite sugerir que, apesar da formação

² Joaquim Francisco de Assis Brasil, membro de uma família estancieira do município de São Gabriel (RS), assim como Júlio de Castilhos, formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo e, regressando ao Rio Grande do Sul na década de 1880, tornou-se um dos principais líderes republicanos, participando da fundação do PRR em 1882 e sendo o primeiro deputado provincial eleito pelo partido, em 1884. Sobre Assis Brasil ver a Dissertação de Mestrado de Tassiana Maria Parcianello Saccol (2013).

³ Os dois cursos de direito existentes no Brasil durante o período imperial foram criados em 1827 e começaram a funcionar no ano seguinte, um em São Paulo e outro em Olinda. O curso de Olinda acabou sendo transferido para Recife em 1854 (CARVALHO, 2007).



mais tardia do partido e de constituírem minoria numérica em 1889, os republicanos conseguiram ampliar sua base de apoio na primeira década republicana.

Ao realizar o levantamento dos locais de origem das correspondências, observa-se no mínimo 75 diferentes locais de origem no estado, sugerindo que correligionários dos mais diferentes localidades do Rio Grande do Sul entravam em contato com o chefe do PRR e que a base de apoio ao governo republicano estava disseminada por todo estado, em municípios da Serra, do Planalto, da Campanha e do Litoral. O maior número de correspondências partiu de Porto Alegre, capital do estado; a seguir, Rio Grande e Pelotas seguem como municípios de onde partiram maior número de cartas no período, locais de grande importância econômica para o estado; Cruz Alta, Santa Maria e Vila Rica, na região de origem de Castilhos, também aparecem como grandes emissoras de correspondências e, de Caxias, na região colonial italiana, outro número significativo.

Ainda não foi possível levantar informações detalhadas sobre os correligionários que escreviam a Castilhos, mas a análise preliminar nos permite tecer algumas considerações sobre esse grupo de republicanos. O estudo das correspondências demonstra que a grande maioria dos remetentes exercia o papel de liderança republicana em seus municípios. Primeiro porque certamente tinham mais fácil acesso ao líder do partido. Segundo porque, mesmo não sendo ainda possível precisar em números, observa-se a existência de uma quantidade significativa de correspondentes que exerciam o cargo de intendente municipal ou que se apresentavam nas correspondências como diretores de partido a nível local.

É este o caso de dois dos três correligionários que mais cartas enviaram a Castilhos no período analisado: Luiz Gonzaga de Azevedo, do município de Vila Rica, que no período enviou 15 correspondências e José Cândido de Campos Júnior, de Caxias, remetente de 13 cartas. Ambos exerceram o cargo de intendente municipal em seus respectivos municípios, o que os colocava no papel de líderes locais republicanos com capital político de agregar votos para o PRR. Outro campeão de cartas remetidas a Castilhos no período – 14 no total – residia em Rio Grande. Sua assinatura é ilegível nas correspondências, de modo que não podemos precisar seu nome. Apesar do pouco que sabemos sobre esse correligionário, podemos supor, a partir do conteúdo de suas correspondências, que ele exercia um papel central como líder republicano na política de Rio Grande, inclusive porque muitas de suas correspondências tratam de indicações de nomes para cargos naquele município.

Considerando o grupo de correligionários que escrevia a Castilhos, observa-se a existência de uma hierarquia interna ao grupo. Primeiramente porque a frequência de envio de



correspondência era bastante distinta. Se Luiz Gonzaga de Azevedo enviou, no período em análise, 15 correspondências, Álvaro Paulino Leitão, de São Vicente, enviou apenas uma carta, a 20 de setembro de 1896, tratando de questões eleitorais. O teor das cartas também fornece indicativos desta hierarquia interna, uma vez que, enquanto uns tratavam de assuntos de modo bem pontual e sem delongas, referindo-se ao chefe republicano de modo muito formal, outros escreviam extensas cartas, algumas vezes tratando Castilhos de modo bastante informal. Assim, diferentemente da carta de Leitão, que era bastante sucinta, as cartas enviadas por José Cândido de Campos Júnior eram longas e tratavam de assuntos distintos: questões eleitorais, nomeações, inserção de imigrantes italianos na política local e questões cotidianas.

Algumas correspondências oferecem outros indícios desta hierarquia. Por exemplo, percebe-se que não eram todos os correligionários que tinham acesso a audiências com Castilhos. Não são poucos os casos de correligionários que, em suas cartas, queixavam-se de ter estado na capital e não ter conseguido uma audiência com o chefe republicano. Outros, porém, parecem ter tido mais fácil acesso às audiências e encontros pessoais. É o caso de Paulino Ignácio Teixeira, intendente de São Sebastião do Caí, que em uma correspondência de 13 de agosto de 1899, faz referência a estes encontros:

Na minha ultima estada n'essa cidade pedi por meio de um cartão uma conferencia reservada, não tendo solução; recorri então aos dias das audiências que V. E^a. dá aos amigos, e quando estive em vossa casa, pretendia falar ao meu chefe, sobre as dificuldades políticas, que sinto no actual momento, e auxiliado com o meu precário estado de saúde, julguei oportuno reunir a comissão executiva, como de facto o fizeram, conforme a acta que junto acompanha. Por ella verá que além de meu estado de saúde as dificuldades políticas da localidade me demoveram, á com grande constrangimento como leal companheiro que sou, pedir renuncia do cargo de Intendente, chefe e presidente da comissão executiva, sujeitando tudo a vossa aprovação.

Deve o amigo saber que desde longa data insto pela remoção do promotor Adolpho de Amaral Lisboa, e ainda não esqueci a conferencia que tive a respeito em vossa casa no arraial da Glória e em outras muitas vezes fazendo igual pedido ao Exmo. Desembargador Borges de Medeiros. (AHRs, FAPJC, Correligionários, Maço 38).

A carta de Paulino Teixeira faz referência a conferências reservadas, audiências que Castilhos concedia aos amigos e a reuniões na casa do chefe do PRR. Assim, se algumas cartas demonstram que alguns correligionários tinham acesso mais facilitado ao chefe republicano, outras indicam que tal acesso não era para todos. Uma das explicações para tal tratamento distinto por parte de Castilhos pode estar no fato de que o líder republicano era



ciente da necessidade de contar com o apoio de certas lideranças municipais, com suficiente capital político enquanto agregadoras de votos, para garantir o domínio republicano no estado. Afinal, era destas lideranças, que na maior parte das vezes tinham sua atuação restrita ao âmbito municipal, que dependiam as vitórias eleitorais.

Estes correligionários, ao escrever a Castilhos, buscavam, no mais das vezes, o atendimento aos seus interesses. Vantagens políticas, econômicas e sociais perpassavam o conteúdo das correspondências.

Pedir, barganhar e negociar: correligionários em busca de um lugar privilegiado

Atenhamo-nos, mais precisamente, no conteúdo das correspondências. De modo geral, quatro temáticas são recorrentes: parabenizações e saudações; questões militares; pedidos de favores e cargos; questões políticas e eleitorais. Interessa-nos, para este artigo, especialmente as correspondências em que os correligionários pediam cargos e favores. Nestas, evidenciam-se interesses, por parte dos solicitantes, em adquirir vantagens e melhor posição social. A comunicação com o líder do PRR através de correspondências era utilizada pelos correligionários como uma maneira de acessar cargos, garantir promoções e ter seus interesses atendidos, garantindo assim, posição de destaque na hierarquia social local.

Pereira e Sousa, de Rio Grande, escreveu a Júlio de Castilhos em sete de setembro de 1899, para agradecer a “nomeação para o comando da barra do estado” (AHRS, FAPJC, Correligionários, Maço 39). Como se pode perceber também pela carta enviada por João Manoel Pinto, de Rio Pardo, em 29 de agosto de 1892, corresponder-se com o chefe republicano poderia ser um meio de garantir promoções, vantagens e melhor posição social:

Considerando que o Ilustre e iminente Cidadão não levará a mal o que vos passo expor. Tendo eu já cinco anos de praça com todos os quesitos que a lei exige para promoção [...] sem nota alguma que me prejudique; além d'isto fui um dos inferiores, que soffri e soffro até hoje a cauza da infame e cobarde Revolução de 12 de Novembro do anno passado [...]. Tendo eu sido já preterido por alguns colegas que acham-se coberto inutilizações e sofrido muito com estes movimentos revolucionários ultimamente dados no nosso Rio Grande, tudo por defender a Republica, venho por isso rogarvos alguma proteção para a minha promoção ao primeiro posto. [...] (AHRS, FAPJC, Correligionários, Maço 32).

Se João Manoel Pinto solicitava promoção para si, outros correligionários faziam pedidos para amigos, parentes ou partidários. É o que fica evidente na carta enviada a sete de setembro de 1892, por José Ricardo de Abreu Salgado, de Jaguarão. Salgado escrevia a Júlio



de Castilhos, a quem denominava de “amigo e chefe”, com o intuito de conseguir uma promoção para o praça Arthur Oscar de Souza. Dizia na correspondência:

Esta tem por fim fazer [ilegível] um grande pedido e estou certo que o atenderá pois é justíssimo. Trata-se de um nosso distinto amigo e correligionário, que tudo tem feito em prol da santa causa que defendemos. Sei que há promoção ao primeiro posto agora em Novembro e desejo que empenhe-se bastante por esse nosso amigo. [...] Peço que faça tudo por ele, pois o que por este nosso amigo fizer fará por mim (AHRs, FAPJC, Correligionários, Maço 32).

De Pelotas, em 1º de novembro de 1892, escrevia o advogado E. Piratinino de Almeida ao “ilustríssimo amigo Dr. Júlio de Castilhos” com o “único fim” de “pedir sua valiosa intervenção para a nomeação do nosso bom correligionário Antonio Corteguso, de praticante ao Correio neste Estado” (AHRs, FAPJC, Correligionários, Maço 32). Entre o conjunto documental analisado, encontramos inúmeras correspondências com pedidos semelhantes.

Para os líderes municipais, poder exercer o poder de promover e nomear, assim como de distribuir favores, tornava-os personagens eminentes na política local. Como apontou Richard Graham (1997), a capacidade de gerir recursos e distribuí-los colocava os sujeitos em posição de destaque e concedia-lhes a possibilidade de aumentar sua clientela e assim assumir ou consolidar o papel de liderança política local, imprescindível para o funcionamento da política Oitocentista. Ao nos referirmos à política Oitocentista, estamos destacando que muitas práticas políticas existentes no período imperial mantiveram-se no período republicano, adaptando-se à nova realidade político-social. É este caso, por exemplo, da prática clientelista, que não desapareceu com a instalação do novo regime em 1889, como já demonstraram Graham (1997) e Maria Fernanda Martins (2007).

Deve-se lembrar, porém, que as negociações que sustentavam a prática clientelista baseavam-se na relação entre partes com poderes desiguais e interesses por vezes distintos. Se para o Estado a negociação era importante para sustentar seu poder e hegemonia, destacamos que essa prática era também essencial para as lideranças políticas municipais. Para estas, negociar com o Estado ou com seus agentes era estratégia de afirmação de seu poder, situando-se dentro da hierarquia de poder político e garantindo lugar privilegiado na sociedade local. Afinal, eram essas lideranças locais que acumulavam o capital político necessário para ter acesso ao Estado e com ele negociar.

Tais lideranças locais não hesitavam em utilizar o recurso da valorização da ação pessoal para colocar-se como personagens habilitados a participar das negociações. Esta



valorização é recorrente em muitas correspondências analisadas. Observa-se que, na primeira década republicana, as lideranças municipais, para afirmarem sua importância e seu capital político, recorriam a sua ação nos tempos da propaganda republicana, à participação na luta contra os federalistas e aos préstimos militares que prestaram nas guerras pela defesa da República. Percebe-se o uso deste recurso de valorização na carta enviada por João Manoel Pinto a Júlio de Castilhos que acima transcrevemos, na qual o correligionário recorda seus préstimos como republicano. Caso semelhante observa-se na correspondência enviada por Ernesto Barcelos d'Amorim, de Cachoeira, em 20 de setembro de 1892. Nesta, d'Amorim solicita ser promovido oficial honorário do Exército, no posto de Coronel, lembrando a Castilhos que, além de ter participado “na campanha do Paraguai, em defesa da Pátria”, atuara sempre em defesa da República. Afirmava em sua carta:

Pela Republica já trabalhava muito antes de 15 de Novembro de 1889; e aquellos que como eu tem luctado com empenho na sustentação do exército que V. Excia. organizou e dirige n'este Estado tem sido os mais espiados pelo adversário vil e mascarado e foram os martyres na famosa revolução de Novembro do anno findo. Eu, em Cangussú, n'essa ocasião, arrebataram-se os bens, prenderam-me juntamente com o Coronel Bernardino Motte, dizendo então o chefe federalista que fosse na prisão fazer discursos como os que havia já feito, publicados pela “Federação” de 30 de Julho de 1891 [...] (AHRS, FAPJC, Correligionários, Maço 32).

A valorização pessoal parece ser, em muitos casos, o argumento que sustentava os pedidos realizados de favores ou nomeações para si ou para um conhecido.

Alguns chefes políticos municipais, cientes de sua importância política, especialmente como garantidores da vitória eleitoral, não hesitavam de afirmar a força política que tinham a nível local, especialmente enquanto agregadores de votos e garantidores da vitória nas eleições. É este o caso de José Cândido de Campos Júnior, intendente de Caxias que escreve a Castilhos em 29 de setembro de 1899, afirmando ao chefe republicano que ele poderia contar, naquele município, “com um partido unido, disciplinado e forte, que obedeça passivamente as sabias inspirações de V. Ex^a. e que para a futura eleição de presidente da republica...concorra com o contingente pelo menos de dois mil votos” (AHRS, FAPJC, Correligionários, Maço 39).

Caso semelhante observamos na correspondência enviada por Paulino Ignácio Teixeira, intendente de São Sebastião do Caí, datada de 13 de agosto de 1899. Nesta, Teixeira escrevia:



Se [...] achar justos os motivos expostos ainda me animarei a continuar embora doente, não só obedecendo-vos, como a prestar meus fracos serviços.

Bem comprehende o meu velho e leal amigo, que não é uma imposição que venho fazer, e pelo contrario ouvirei com toda a attenção os vossos salutareos conselhos e os cumprirei fielmente segundo a illimitada confiança que sempre me tem depositado.

Bem sabe o meu amigo que militando na política há mais de 28 longos anos conheço a localidade e sei os grandes remédios para os grandes males e é por isso que venho pedir providencias para ellas, porque á desmoralização da minha pessoa affecta a política e até ao próprio chefe.(AHRS, FAPJC, Correligionários, Maço 38).

Percebe-se que, ao encerrar a carta, Teixeira lembra a Castilhos que possui uma longa trajetória política no município. Com isso, buscava afirmar seu papel de liderança local, que certamente seria fundamental para garantir as vitórias eleitorais do PRR no município.

Mesmo não sendo possível determinar se todos os pedidos feitos pelos correligionários foram ou não aceitos, algumas correspondências fornecem indicativos. Assim, por exemplo, encontramos diversas correspondências com queixas de pedidos não realizados, bem como outras reiterando pedidos que já haviam sido realizados. Como bem apontou Jonas Moreira Vargas acerca das negociações, “nem sempre estas negociações políticas eram bem-sucedidas”, nem sempre os apoios procurados eram afirmados (VARGAS, 2010, p. 158).

Por outro lado, encontramos referências a pedidos atendidos. É o que acontece com o pedido feito por Egídio S. Borges, Benjamin Gomes, João Antunes da Silva e José Joaquim da Costa, de Santa Vitória, a 15 de dezembro de 1900. Os signatários desejavam que Castilhos intercedesse junto ao governo federal pela exoneração de Júlio Augusto Wildt do cargo de fiscal de impostos de consumo no município, “o qual apesar de dizer-se republicano, tem entretanto, se desviado completamente, devotando-se a facção oposta”. No lugar de Wildt, propunham a nomeação do Tenente Coronel Juvêncio Alves Nunes, “abnegado companheiro de direção”, “co-religionário este que se recomenda por todos os títulos e a quem devemos inúmeros serviços”. A troca proposta recebeu um parecer favorável de Castilhos. No canto superior da primeira página da carta, encontramos uma observação feita pelo chefe republicano que diz: “Atendivel. Júlio” (AHRS,FAPJC, Correligionários, Maço 41).



Considerações finais

A análise das correspondências remetidas por correligionários republicanos a Júlio Prates de Castilhos demonstra o papel de referência desempenhado pelo chefe do PRR perante os correligionários. Entretanto, mais importante que isso, este estudo demonstra que o PRR e os republicanos que assumiram o poder em 1889 tiveram de negociar e buscar o apoio dos correligionários, ampliando o apoio ao partido em todo o estado. Demonstra também que os correligionários republicanos espalhados pelos mais diversos municípios do Rio Grande do Sul negociavam com o chefe do partido com o fim de obter, na maior parte das vezes, vantagens pessoais.

Assim, as trocas de favores envolvidas nestas barganhas e negociações demonstram a intrínseca relação existente entre interesses pessoais e ações políticas. Neste sentido, percebe-se que a filiação partidária não dependia somente da fidelidade à ideologia republicana ou mesmo ao líder do partido. Ela estava condicionada, em grande parte dos casos, à capacidade do partido ou de seu chefe de atender aos interesses pessoais, de natureza política ou econômica, dos correligionários nos municípios. Manteve-se, assim, uma prática política que foi característica do período imperial e que não desapareceu com a mudança de regime político. A unidade do partido, a construção da legitimidade da posição de poder ocupada e as lutas pela construção de uma hegemonia política dependiam, ainda na República, do atendimento a interesses pessoais.

A análise das correspondências permite-nos apontar que, na maior parte das vezes, apesar do tom cordial que as introduzem, há sempre um teor de negociação e barganha política presente. O correligionário que escreveu sabia de seu capital político, prometendo apoio e lealdade em troca de favores e cargos. Ou seja, o correligionário sabia o valor que a lealdade e a obediência ao líder assumiam naquele contexto e que poderia garantir-lhe uma posição de destaque na sociedade local. Até porque, para alguns líderes políticos municipais, eram interesses imediatos e locais que norteavam suas ações. Nem todos desejavam fazer carreira política estadual ou mesmo federal. Para muitos, a conservação de sua posição a nível municipal, que no mais das vezes era garantia de manutenção de privilégios econômicos e sociais, constituía o horizonte de suas ações.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'État**: grands écoles et esprit de corps. Paris:Minuit, 1989.



CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891. **Varia História**, v. 27, n. 45, p.141-157, 2011.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889).** Rio de Janeiro: Editora do Arquivo Nacional, 2007.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: A Revolução além fronteira. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter. (Dir.). **República: República Velha (1889-1930).** v. 3. t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 23-56.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880).** Dissertação (Mestrado), Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre, RS, 2013.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889).** Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

Fontes

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. FAPJC – Fundo Arquivo Particular Júlio de Castilhos. Correligionários, Correspondências recebidas, 1889-1900. Maços 28 a 41.